



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DA BAHIA

Nome:

E-mail:

Opção de turno para a realização do estágio:

- () Matutino
() Vespertino
() Possibilidade em ambos os turnos

INSTRUÇÕES PARA A PROVA

- 1º) prova discursiva, de caráter eliminatório e classificatório;
- 2º) O candidato dispõe de 3 horas para fazer a prova, contados a partir do recebimento do e-mail com as questões, previsto para às 14h;
- 3º) O candidato enviará esse documento com as devidas respostas para o e-mail: matheus.carvalho@pgfn.gov.br;
- 4º) O e-mail com as respostas deverá ser enviado até o limite máximo de 3h a contar do recebimento do e-mail com as questões. Os e-mails que chegarem após esse horário serão desconsiderados, atribuindo nota zero ao candidato;
- 5º) Será admitida a utilização de legislação sem comentários ou anotações. A simples transição do artigo da legislação, ensejará nota zero;
- 6º) Caso seja observado a replicação de citações doutrinárias, citações de espelhos de provas, essas respostas ensejarão nota zero;
- 7º) Somente serão considerados aprovados os candidatos que atingirem nota final igual ou superior a 6,00 (seis) pontos;
- 8º) Limite de 10 linhas para cada resposta (fonte Arial 12), sendo desconsideradas o conteúdo que ultrapassem esse limite.

QUESTÕES SUBJETIVAS

1ª A Administração Pública Federal, através de um órgão do Ministério da Economia, divulga edital de licitação na modalidade pregão, menor preço, para aquisição de materiais de limpeza (detergente, água sanitária, desinfetante, papel toalha entre outros). Foram recebidas propostas de cinco empresas:



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL NO ESTADO DA BAHIA

- I- A **empresa ABC** constituída sobre o formato de sociedade LTDA apresentou uma proposta no valor de R\$ 100.000,00.
- II- A **empresa CDE** constituída sobre o formato de sociedade LTDA apresentou uma proposta no valor de R\$ 150.000,00.
- III- A **cooperativa FGH** constituída sobre o formato de cooperativa apresentou uma proposta no valor de R\$ 160.000,00.
- IV- A **empresa IJK** constituída sobre o formato de Empresa de Pequeno Porte (EPP) apresentou uma proposta no valor de R\$ 110.000,00.
- V- A **empresa XYZ** constituída sobre o formato de sociedade LTDA apresentou uma proposta no valor de R\$ 110.000,00.

Diante dessa situação e nas análises das propostas recebidas, foi entendido que houve um empate ficto, somente entre as empresas ABC e IJK. Nesse sentindo, foi oportunizado a empresa IJK que apresentasse nova proposta, onde a mesma apresentou uma nova proposta no valor de R\$ 95.000,00. Com isso, a Administração declarou a empresa IJK como vencedora do certame.

Inconformado, a empresa ABC recorreu do resultado do pregão, tendo como razão do seu recurso: a não caracterização de empate ficto.

A empresa XYZ, também inconformada com o resultado do pregão, recorreu tendo como razão desse recurso: O tratamento desigual das análises da proposta, não respeitando o princípio da isonomia, uma vez que a sua proposta foi igual ao da empresa IJK (caracterizando o empate ficto), portanto ele teria o direito para apresentar uma nova proposta similarmente.

Sobre a hipótese apresentada, responda aos itens a seguir:

a) A razão do recurso da empresa ABC está correta? Justificar. (Limite de 10 linhas, fonte Arial 12).

b) A razão do recurso da empresa XYZ está correto? Justificar. (Limite de 10 linhas, fonte Arial 12).

2ª A administração Pública Federal ingressa com uma ação de execução fiscal contra a empresa JKL S/A., por créditos tributários atrasados e não pagos. Entretanto, com o objetivo de cientificar (citar) a empresa, pelos correios, sobre o processo de execução, nota-se que a referida empresa, já não mais atua no estabelecimento por ela indicada nos sistemas da Fazenda Pública. A empresa também não indicou o novo local que perpetuaria com suas atividades,



impossibilitando eventuais intimações ou citações. Ainda, o fisco não conseguiu encontrar bens da empresa JKL S/A. que ensejariam a penhora dos aludidos bens.

Diante dos fatos apresentados, responda as seguintes perguntas

- a) **Se a citação por via postal for malograda, por quais outros meios poderá ser feita a citação da empresa JKL S/A? (Limite de 10 linhas, fonte Arial 12).**
- b) **O que acontecerá com o Sócio- Administrador da empresa, que está nessa posição desde o início, se a empresa não for encontrada no local indicado? (Limite de 10 linhas, fonte Arial 12).**

3ª Matheus ingressa com ação de conhecimento contra Jerusa. Constatou na Petição Inicial, o requerimento de um crédito extraído de um título de confissão de dívida, contemplando todas as condições disposto em lei. Durante o processo, Matheus cede o crédito a José. O cessionário requer sua admissão no processo. O Magistrado designa a oitiva do réu da ação, que não aceitou o pedido do cessionário. Questiona-se:

- a) **Jerusa, pode denegar a admissão do cessionário no processo? (Limite de 10 linhas, fonte Arial).**
- b) **A decisão que julgar improcedente o pleito do autor afeta o cessionário quanto aos seus efeitos? Justifique. (Limite de 10 linhas, fonte Arial).**

4ª O órgão X da administração, percebendo que em seu estoque não havia mais canetas para atender à necessidade dos setores, resolveu abrir um processo licitatório para comprar 900 canetas BIC, sendo 300 na cor azul, 300 na cor preta e 300 na cor vermelha, suprindo assim, a demanda do ano inteiro.

- a) **Sobre a situação descrita, a administração observou as regras da lei de licitação? Justifique. (Limite de 10 linhas, fonte Arial 12).**



b) Foram observados os princípios constitucionais? (Limite de 10 linhas, fonte Arial 12).

5ª Laura em 29/04/2011 apresentou sua declaração do Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF, relativa ao ano de 2010, realizando o pagamento do imposto devido, no valor de R\$ 800,00. Em 01/05/2016, o fisco efetuou o lançamento da diferença do referido tributo, no valor de R\$ 335,00. Levando em conta de que o fato gerador do IRPF ocorreu em 31/12/2010, Laura impugnou o lançamento de ofício, alegando que a houve a decadência.

a) Diante dos fatos, o pedido de Laura deve ser atendido? (Limite de 10 linhas, fonte Arial 12).

b) Se Laura não tivesse realizado o pagamento do imposto, qual seria o prazo inicial para o Fisco constituir o crédito tributário? E este prazo é prescricional ou decadencial? (Limite de 10 linhas, fonte Arial 12).

c) Qual seria o prazo para o Fisco propor ação de execução fiscal contra Laura? Este prazo é prescricional ou decadencial? (Limite de 10 linhas, fonte Arial 12).

6ª James, de origem e nacionalidade canadense, participou de um programa de televisão, no formato de reality show, gravado e difundido no Brasil pela empresa de mídia e comunicação x, no qual teve cenas suas em crise convulsiva amplamente veiculadas na televisão e na internet. Dessa forma, depois de sair do programa, James acionou o judiciário com demanda em face da empresa x, alegando que teve o seu direito fundamental à intimidade violado.

a) É possível conjurar um direito fundamental, disposto na carta magna brasileira, em uma demanda movida em face de um particular?

b) É possível, como argumento de defesa, alegar que a norma constitucional que resguarda o direito à intimidade não pode ser aplicada ao presente caso



devido à ausência de lei disciplinando o dispositivo constitucional? (Limite de 10 linhas, fonte Arial 12).

7ª A empresa x, que possui uma rede de lojas de artigos esportivos nos Municípios 1, 2 e 3, decidiu abrir uma nova loja no Município 4. Depois de estudar a região, constatou o bairro sul como o de maior potencial para a atuação no setor de artigos esportivos. Ato contínuo, requisitou à autoridade municipal competente a devida autorização para instalar sua nova loja no bairro sul.

Para surpresa da empresa x, o requerimento formulado à autoridade competente do Município 4 foi indeferido sob o argumento de que o bairro sul já contava com quatro lojas de artigos esportivos, sendo que a Lei Municipal nº 150/15 vedava que estabelecimentos dessa natureza fossem instalados, no mesmo bairro, a menos de 600m de distância um do outro, impedimento que não poderia ser contornado naquele caso. Manejados os recursos administrativos cabíveis e esgotada a via administrativa, a proibição foi mantida.

a) A Lei nº 150/15, do Município 4, apresenta alguma incompatibilidade de ordem material com a Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988? (Limite de 10 linhas, fonte Arial 12).

b) A empresa x tem legitimidade para impugnar, perante o Supremo Tribunal Federal, a decisão da autoridade competente do Município 4, que indeferiu o pedido de autorização para a instalação da loja de artigos esportivos no bairro sul? (Limite de 10 linhas, fonte Arial 12).